

SINOPSE

Neste trabalho procurou-se identificar os processos através dos quais se desenvolveu a concentração do acesso à terra no Paraná, através do uso dos dados de Censos Agropecuários, medidas de concentrações e de mapas, visando a produção de subsídios à Reforma Agrária no país.

I. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A estrutura fundiária é um aspecto resultante de vários fatores econômicos, sociais e políticos, ou ainda, ela é um espaço produzido na esfera da sociedade. Resultante das políticas agrícolas e das formas de ocupação humana, a estrutura fundiária não pode ser compreendida sem a análise das transformações ocorridas na estrutura agrária, isto é, nas formas de acesso à terra e nas relações de produção existentes nas várias regiões agrícolas.

Podemos constatar a situação fundiária de determinada região ou país mas o trabalho não se encerra neste estágio. As causas e condicionamentos dessa situação terão de ser buscadas historicamente, na procura da trama de determinação que possuem o “dom da invisibilidade”.

O estudo da estrutura fundiária não pode ficar relegado à observação in loco ou à utilização dos dados censitários. Estas etapas de trabalho serão as primeiras no caminho da compreensão mais concreta do fenômeno frente das leis gerais de funcionamento da economia capitalista, mas não antecedem à revisão sobre o papel da agricultura na economia de um país.

Em resumo, a estrutura fundiária é um resultado visível de um fenômeno ligado à inserção da agricultura na reprodução ampliada do capital em determinado país.

II. ASPECTOS TEÓRICOS

O estudo da estrutura fundiária nos leva à compreensão das diferentes formas espaciais existentes através da produção teórica acerca das classes sociais localizadas nas regiões rurais e sua ligação ao capital industrial. Recentemente a “Questão Agrária” tem sido analisada pela ótica da subordinação às formas distintas de capitais no tocante à pequena produção, focalizando o surgimento do “novo caponês” e as transformações recentes ocorridas na agricultura brasileira.

Beskow (1979) descreveu dois grandes grupos que abrigam as formas concretas da pequena produção camponesa, a saber:

* Docente do Departamento de Geociências - CCE/FUEL

- a) formas subordinadas principalmente ao capital comercial e ao proprietário fundiário, realizadas principalmente através do pagamento da renda fundiária não-capitalista em produção ou seu equivalente em dinheiro. Geograficamente localiza-se nas áreas de fronteira agrícola.
- b) Formas subordinadas às agro-indústrias e às “cooperativas-capitalistas”, compreendendo a expropriação do excedente ao agricultor via uso de insumos e assistência técnica, levando-o à adoção de uma modernização classificada por Graziano (1981) como dolorosa. Este é o “novo camponês”.

A venda da produção, nesse caso ocorre num mercado monopsônico havendo uma articulação direta entre a indústria (capital-industrial) e a forma de produção. A possível “autonomia” de decidir o que, como e quando plantar passou das mãos do proprietário rural para os gabinetes das empresas na esfera da aparência. O fenômeno “invisível” que ocorre é a subordinação da pequena produção camponesa no desempenho de seu papel frente às necessidades do capital industrial.

Geograficamente encontramos estas formas de subordinação na região sul do Brasil.

Wanderley (1979), compreendendo as formas de subordinação, acrescenta em sua análise o fenômeno do trabalhador rural assalariado, e afirma que este “novo camponês” só possui formalmente a propriedade dos meios de produção (terras, instrumentos de trabalho) posto que ele é um mero trabalhador para o capital.

Podemos agora situar teoricamente frente ao problema concreto do estudo da estrutura fundiária da região sul do Brasil: O “novo camponês” surge no processo de diferenciação interna ao campesinato através da subordinação ao capital industrial concretizado através das agroindústrias ou das “cooperativas-capitalistas”. Em ambas a subordinação realiza-se através da modernização das técnicas agrícolas e as contradições dessa modernização explodem através da determinação de preços dos produtos agrícolas. Num outro polo deste processo observa-se a proletarianização do agricultor através do surgimento e crescimento das várias formas de assalariados rurais.

III. A ESTRUTURA FUNDIÁRIA PARANAENSE E A CONCENTRAÇÃO DO ACESSO À TERRA NO PARANÁ

Trataremos neste trabalho apenas a situação da estrutura fundiária do Estado do Paraná, pertencente à região Sul, procurando não generalizar seus resultados aos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apesar de ser identificada uma tendência crescente à concentração fundiária nestas unidades da federação.

A estrutura fundiária do Paraná vem sofrendo mudanças desde a década de 60, alterando-se bastante a paisagem da pequena propriedade nas regiões de colonização dirigida, em especial, o Norte paranaense.

Estas mudanças na distribuição da terra podem ser identificadas através dos dois tipos de dados estatísticos existentes:

- a) os dados dos Censos Agropecuários do FIBGE, estudando os estabelecimentos. Sendo este conceituado tanto como imóvel rural ou como sub-unidades de um imóvel (formas de exploração agrícola variadas) ele não pode ser identificado diretamente com a propriedade fundiária.

Utilizando estes dados e trabalhando com o conceito de estabelecimentos, podemos tratar da **concentração no acesso à terra**.

b) dado do Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA que abrangem estritamente os imóveis rurais, ou seja, apenas as propriedades fundiárias.

Nesse caso estaremos nos referindo à **concentração da propriedade da terra**.

Trabalhando somente com a categoria de estabelecimentos agropecuários e utilizando dados dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975, além dos contidos nas Tabulações Avançadas do Censo de 1980 * podemos chegar às seguintes conclusões**:

- Os estabelecimentos agropecuários sofreram uma redução de 18% entre 1970 e 1980, passando de 554.500 para 454.100 no Paraná.
- Neste mesmo período identificou-se um pequeno aumento da área total ocupada, através da comparação da área total ocupada com área física total.

	Área total ocupada (em 1.000 ha)	Área física total (em 1.000 ha)
1970	14625,5	19.906,0
1975	15631,0	
1980	16380,3	

Regionalmente observam-se diferenças quanto à **concentração do acesso à terra**, refletindo dois processos distintos:

- Nas regiões de fronteira agrícola ocorreu a incorporação de estabelecimentos superiores a 100 ha.
- Nas regiões de ocupação mais atingidas houve absorção dos pequenos estabelecimentos (inferiores à 100 ha) pelos grandes, decorrentes da “concorrência inter-capitalista em que a propriedade do tipo familiar levou franca desvantagem”. (Llanillo – 1984).

A caracterização geográfica da intensidade da **concentração do acesso à terra** pode ser descrita nos seguintes termos. (ver figura 1,2 e 3).

A) Regiões de concentração através da absorção dos pequenos estabelecimentos pelos grandes:

1.1. MESORREGIÃO LESTE:

MRH	NOME
271	Alto Rio Negro Paranaense
275	São Mateus do Sul
276	Colonial de Irati

* O conceito de estabelecimento agropecuário sofreu mudanças a partir do Censo Agropecuário de 1975, e se comparado aos dados de 1970 só interfere levemente num aumento da área média e na mediana, não alterando as medidas de desigualdade da distribuição da posse da terra.

** LLANILLO (1984).

MESORREGIÃO OESTE

MRH	NOME
286	Campo Mourão
288	Extremo Oeste Paranaense

MESORREGIÃO NORTE

MRH	NOME
279	Norte Velho de Jacarezinho
280	Algodoeira de Assaí
281	Norte Novo de Londrina
282	Norte Novo de Maringá
283	Norte Novíssimo de Paranavaí
284	Norte Novo de Apucarana
285	Norte Novíssimo de Umuarama

B) Regiões de concentração através da incorporação de novas áreas sob forma de grandes propriedades.

MESORREGIÃO LESTE

MRH	NOME
268	Curitiba
269	Litoral Paranaense
270	Alto Ribeira
272	Campos da Lapa
274	Campos de Jaguariaíva
278	Norte Velho de Venceslau Braz
277	Alto Ivai

MESORREGIÃO OESTE

MRH	NOME
287	Pitanga

C) Regiões estáveis com o aumento do número de estabelecimentos e diminuição da área média.

MESORREGIÃO LESTE

MRH	NOME
273	Campos de Ponta Grossa.

MESORREGIÃO OESTE

MRH	NOME
289	Sudoeste Paranaense
290	Campos de Guarapuava

CONCLUSÕES:

O índice de GINI cresceu de 0,702 em 1970 para 0,746 em 1980 no Paraná. (ver tabela 1 e 2)

A percentagem da área total referentes aos 5% maiores estabelecimentos aumentou de 52,9% em 1970 para 75,0% em 1980.

A porcentagem da área total dos 50% menores estabelecimentos diminuiu de 9,6% e, 1970 para 7,4% em 1980.

Exceto as MRH 276 (Colonial de Irati) e 290 (Campos de Guarapuava) todas as outras demonstraram sensível aumento neste índice de concentração, sendo este mais forte nas mesorregiões Norte e Oeste.

As MRH que mais sofreram esta concentração foram as de:

MRH –

- 268 Curitiba
- 271 Alto Rio Negro Paranaense
- 286 Campo Mourão
- 287 Pitanga
- 288 Extremo Oeste Paranaense
- 289 Sudoeste Paranaense
- 280 Algodoeira de Assai
- 282 Norte Novo de Maringá
- 284 Norte Novo de Apucarana.

As outras microrregiões abaixo já possuíam níveis acentuados anteriormente e continuaram a sofrer esse processo, apresentando índices bastante altos.

MRH

- 269 Litoral Paranaense
- 270 Alto Ribeira
- 273 Campos de Ponta Grossa
- 274 Campos de Jaguariaíva.

TABELA 1 — Número de Estabelecimentos Agropecuários, Área Total Ocupada, Área Média e Área Médiana dos Estabelecimentos, Paraná e Microregiões, 1970, 75 e 80.

	Nº de Estabelecimentos Agropecuários (milhares)			Área total ocupada (milhares de ha)			Área Média (ha)			Área Médiana (ha)		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980
	4.924	4.993	5.168	294.100	323.900	369.600	60,0	64,0	71,7	9,3	8,9	9,7
BRASIL	554,4	478,5	454,9	14.626	15.631	16.613	26,4	32,7	36,7	9,3	10,1	10,8
PARANÁ												
1. Curitiba	16,8	13,5	16,4	391,2	336,4	465,6	23,3	26,4	28,5	9,6	9,9	8,3
2. Litoral Paranaense	2,2	2,5	3,6	80,5	233,6	287,0	37,3	94,4	79,5	12,5	9,0	9,1
3. Alto Ribeira	3,7	4,5	4,1	161,0	164,0	263,3	44,0	36,2	64,5	14,7	9,1	9,2
4. Alto Rio Negro Paranaense	5,2	3,5	4,5	71,1	94,4	96,4	13,6	26,8	21,5	6,7	11,9	8,7
5. Campos da Lapa	7,0	5,5	6,6	315,8	331,4	373,9	45,0	60,7	56,6	13,0	9,3	15,2
6. Campos de Ponta Grossa	7,5	8,0	9,1	919,5	939,4	986,1	122,4	116,8	108,0	22,4	18,7	14,4
7. Campos de Jaguariaíva	3,7	4,2	4,6	324,1	402,8	410,1	87,2	97,0	88,6	12,1	9,6	9,9
8. São Mateus do Sul	6,2	4,3	5,4	151,4	157,8	158,9	24,4	37,0	29,2	9,8	16,5	9,9
9. Colonial de Irati	21,7	16,1	16,9	495,2	496,2	515,0	22,8	31,2	30,5	11,1	15,5	14,3
10. Norte Velho de Venceslau Braz	20,8	20,1	20,3	461,8	511,3	539,1	22,2	25,4	26,5	8,0	8,4	8,6
11. Médio Iguaçú	11,0	9,7	9,9	716,7	762,4	824,6	65,0	78,8	83,6	22,5	24,2	23,3
12. Alto Ivaí	12,0	14,3	14,9	469,0	530,7	530,9	39,0	35,6	35,7	12,5	9,9	10,0
13. Campo Mourão	55,0	40,0	32,4	967,6	1022,5	1090,5	17,6	25,5	33,7	7,2	8,1	9,7
14. Piraíngá	13,5	16,3	17,0	473,3	542,1	563,9	34,9	33,4	33,2	13,5	9,2	9,2
15. Extremo Oeste Paranaense	82,6	91,1	75,4	1616,7	1748,4	1871,2	19,6	19,2	24,8	9,8	9,0	10,6
16. Sudoeste Paranaense	50,5	52,2	57,8	1018,9	1039,9	1116,6	20,2	20,0	19,3	12,7	11,9	10,6
17. Campos de Guarapuava	16,5	15,1	19,9	1171,4	1198,6	1241,9	70,9	80,2	62,5	19,8	20,3	14,9
18. Norte Velho de Jacarezinho	22,1	15,0	14,1	655,9	662,2	682,5	29,6	44,0	48,5	8,4	10,5	11,6
19. Algodocira de Assaí	9,2	6,8	6,2	172,9	180,5	199,7	18,8	26,5	32,1	8,8	9,9	11,7
20. Norte Novo de Londrina	29,5	20,1	18,3	963,5	996,0	977,6	32,7	49,5	53,6	11,6	16,1	17,1
21. Norte Novo de Maringá	21,2	13,6	10,6	335,1	342,9	361,9	15,8	25,1	34,3	9,3	12,5	14,7
22. Norte Novíssimo de Paranavai	24,7	16,2	14,6	962,8	1013,3	1044,9	39,0	62,5	69,7	9,9	12,7	13,9
23. Norte Novo de Apucarana	45,4	37,4	30,0	604,5	651,7	718,3	13,3	17,4	23,9	6,5	7,1	8,4
24. Norte Novíssimo de Umuarama	66,5	48,2	42,2	1125,6	1274,5	1323,1	16,9	26,4	31,4	7,4	9,1	9,7

Fonte dos dados básicos: Censos Agropecuários de 1970 e 1975. Tabulações Avançadas do censo de 1980. Extraído de Llanillo, R.F. — 1984.

TABELA 2 — Índice de Gini, Porcentagem da Área Total Referente aos 50% Menores e 5% Maiores Estabelecimentos (A50⁻ e A5⁺), Paraná e Microrregiões, 1970, 75 e 80.

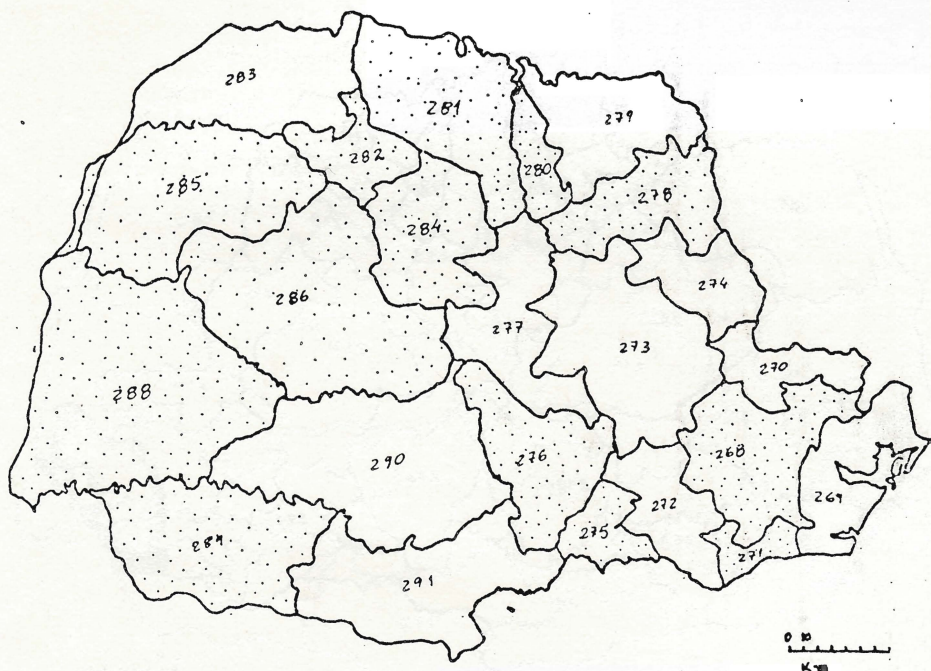
	Índice de Gini				A50 ⁻ (%)				A5 ⁺ (%)									
	1970		1975		1980		1970		1975		1980		1970		1975		1980	
BRASIL	0,844	0,855	0,859	0,859	2,9	2,9	2,9	2,5	2,5	2,4	2,4	2,4	67,0	68,7	68,7	69,7	69,7	69,7
PARANÁ	0,702	0,729	0,746	0,746	9,6	9,6	9,6	8,3	8,3	7,4	7,4	7,4	52,9	55,9	55,9	57,0	57,0	57,0
1. Curitiba	0,659	0,690	0,726	0,726	9,6	9,6	9,6	8,7	8,7	5,9	5,9	5,9	42,2	47,9	47,9	57,2	57,2	57,2
2. Litoral Paranaense	0,722	0,909	0,901	0,901	8,6	8,6	8,6	2,4	2,4	2,2	2,2	2,2	56,0	84,7	84,7	82,5	82,5	82,5
3. Alto Ribeira	0,715	0,740	0,841	0,841	6,4	6,4	6,4	5,9	5,9	3,3	3,3	3,3	45,5	50,7	50,7	68,7	68,7	68,7
4. Alto Rio Negro Paranaense	0,598	0,633	0,673	0,673	11,9	11,9	11,9	11,4	11,4	9,4	9,4	9,4	32,9	41,0	41,0	44,5	44,5	44,5
5. Campos da Lapa	0,749	0,729	0,763	0,763	6,1	6,1	6,1	7,1	7,1	5,7	5,7	5,7	54,4	52,4	52,4	56,2	56,2	56,2
6. Campos de Ponta Grossa	0,825	0,836	0,852	0,852	2,7	2,7	2,7	3,4	3,4	2,7	2,7	2,7	66,9	66,4	66,4	67,8	67,8	67,8
7. Campos de Jaguariatva	0,859	0,892	0,873	0,873	3,0	3,0	3,0	2,5	2,5	2,7	2,7	2,7	72,7	80,2	80,2	74,8	74,8	74,8
8. São Mateus do Sul	0,656	0,633	0,694	0,694	10,4	10,4	10,4	10,9	10,9	8,7	8,7	8,7	44,5	39,8	39,8	47,4	47,4	47,4
9. Colonial de Irati	0,631	0,620	0,634	0,634	10,7	10,7	10,7	11,6	11,6	11,0	11,0	11,0	39,2	38,8	38,8	40,5	40,5	40,5
10. Norte Velho de Venéssau Braz	0,690	0,713	0,726	0,726	9,4	9,4	9,4	8,8	8,8	8,3	8,3	8,3	49,0	53,3	53,3	55,0	55,0	55,0
11. Médio Iguaçu	0,742	0,753	0,773	0,773	8,0	8,0	8,0	7,6	7,6	6,5	6,5	6,5	58,7	60,1	60,1	61,5	61,5	61,5
12. Alto Ivaí	0,709	0,727	0,742	0,742	7,1	7,1	7,1	6,9	6,9	6,5	6,5	6,5	45,9	49,7	49,7	52,7	52,7	52,7
13. Campo Mourão	0,658	0,719	0,742	0,742	12,1	12,1	12,1	9,2	9,2	7,5	7,5	7,5	50,0	55,7	55,7	55,4	55,4	55,4
14. Pitanga	0,662	0,734	0,742	0,742	9,1	9,1	9,1	6,8	6,8	7,1	7,1	7,1	40,9	51,5	51,5	54,5	54,5	54,5
15. Extremo Oeste Paranaense	0,600	0,616	0,658	0,658	13,6	13,6	13,6	13,2	13,2	11,0	11,0	11,0	40,5	42,7	42,7	46,1	46,1	46,1
16. Sudoeste Paranaense	0,517	0,535	0,574	0,574	16,7	16,7	16,7	15,9	15,9	14,2	14,2	14,2	28,9	30,8	30,8	35,1	35,1	35,1
17. Campos de Guarapuava	0,768	0,776	0,779	0,779	5,8	5,8	5,8	5,6	5,6	5,6	5,6	5,6	57,1	58,4	58,4	59,0	59,0	59,0
18. Norte Velho de Jacarezinho	0,747	0,766	0,772	0,772	8,2	8,2	8,2	6,9	6,9	6,0	6,0	6,0	60,1	59,1	59,1	57,6	57,6	57,6
19. Algodoeira de Assaí	0,619	0,682	0,690	0,690	12,7	12,7	12,7	9,8	9,8	9,3	9,3	9,3	42,1	47,8	47,8	48,1	48,1	48,1
20. Norte Novo de Londrina	0,698	0,711	0,718	0,718	10,5	10,5	10,5	8,6	8,6	7,8	7,8	7,8	53,3	51,1	51,1	49,6	49,6	49,6
21. Norte Novíssimo de Maringá	0,527	0,588	0,639	0,639	18,0	18,0	18,0	14,3	14,3	11,3	11,3	11,3	35,2	37,6	37,6	41,4	41,4	41,4
22. Norte Novíssimo de Paranavai	0,767	0,788	0,786	0,786	7,2	7,2	7,2	5,2	5,2	4,7	4,7	4,7	61,7	58,6	58,6	56,1	56,1	56,1
23. Norte Novo de Apucarana	0,592	0,660	0,704	0,704	15,2	15,2	15,2	11,8	11,8	9,8	9,8	9,8	44,0	50,1	50,1	54,5	54,5	54,5
24. Norte Novíssimo de Umuarama	0,644	0,711	0,738	0,738	13,2	13,2	13,2	10,2	10,2	8,7	8,7	8,7	50,6	57,7	57,7	59,2	59,2	59,2

Fonte dos dados básicos: Censos Agropecuários de 1970 e 1975 — Tabulações Avançadas do Censo de 1980




Extraído de Llanillo, R. F. 1984

Norte Paranaense Oeste Paranaense Leste Paranaense
 Leste Paranaense

FIGURA 1 – Índice de Gini das 24 microrregiões do Paraná, segundo escala de Câmara – 1970



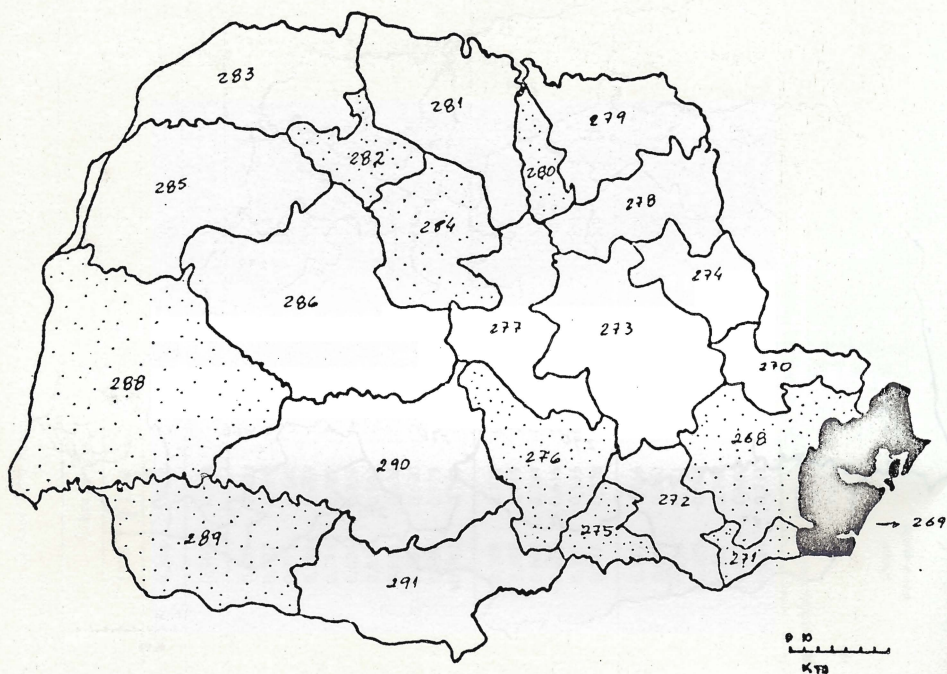
LEGENDA:

-  Concentração forte (0,501 a 0,700)
-  Concentração muito forte (0,701 a 0,900)
-  Concentração absoluta (0,901 a 1,00)




Extraído de Llanillo – 1984

FIGURA 2 – 1975

Índice de Gini das 24 microrregiões do Paraná, segundo escala de Câmara.



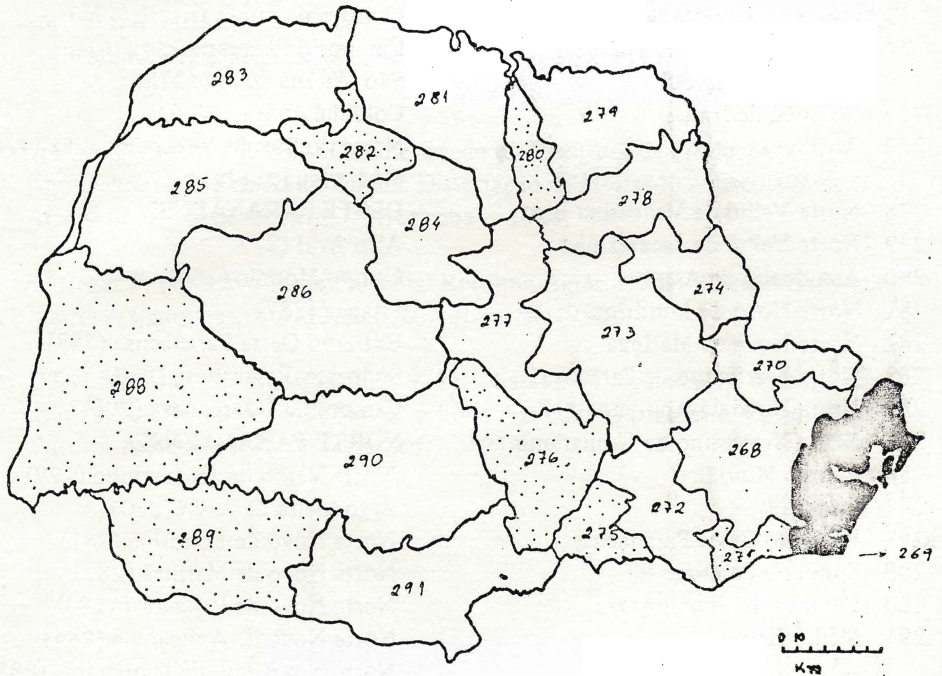
LEGENDA:

-  Concentração forte (0,501 a 0,700)
-  Concentração muito forte (0,701 a 0,900)
-  Concentração absoluta (0,901 a 1,00)




Extraído de LLanillo – 1980

FIGURA 3 — 1980 .

Índice de Gini das 24 microrregiões do Paraná, segundo escala de Câmara.



LEGENDA:

-  Concentração forte (0,501 a 0,700)
-  Concentração muito forte (0,701 a 0,900)
-  Concentração absoluta (0,901 a 1,00)

Extraído de LLanillo — 1984.

MICRORREGIÕES E MESORREGIÕES PARANAENSES — CURITIBA

MICRORREGIÕES	CURITIBA (268)
268 Curitiba	— LESTE PARANAENSE
269 Litoral Paranaense	Litoral Paranaense (269)
270 Alto Ribeira	Alto Ribeira (270)
271 Alto Rio Negro Paranaense	Alto Rio Negro Paranaense (271)
272 Campos da Lapa	Campos da Lapa (272)
273 Campos de Ponta Grossa	Campos de Ponta Grossa (273)
274 Campos de Jaguariaíva	Campos de Jaguariaíva (274)
275 São Mateus do Sul	São Mateus do Sul (275)
276 Colonial de Irati	Colonial de Irati (276)
277 Alto Ivaí	Norte Velho de Venceslau Braz (278)
	Médio Iguaçu (291)
278 Norte Velho de Venceslau Braz	— OESTE PARANAENSE
279 Norte Velho de Jacarezinho	Alto Avaí (277)
280 Algodoeira de Assaí	Campo Mourão (286)
281 Norte Novo de Londrina	Pitanga (287)
282 Norte Novo de Maringá	Extremo Oeste Paranaense (288)
283 Norte Novíssimo de Paranavaí	Sudoeste Paranaense (289)
284 Norte Novo de Apurana	Campos de Guarapuava (290)
285 Norte Novíssimo de Umuarama	— NORTE PARANAENSE
286 Campo Mourão	Norte Velho de Jacarezinho (279)
287 Pitanga	Algodoeira de Assaí (280)
288 Extremo Oeste Paranaense	Norte Novo de Londrina (281)
289 Sudoeste Paranaense	Norte Novo de Maringá (282)
290 Campos de Guarapuava	Norte Novo de Paranavaí (283)
291 Médio Iguaçu	Norte Novo de Apucarana (284)
	Norte Novíssimo de Umuarama (285)

RESUMO

Apesar de ser apresentadao como um Estado ocupado através da colonização dirigida e, em função disso, não possuir problemas ligados ao acesso à terra, o Paraná contemporâneo sofreu e sofre mudanças profundas desde o início dos anos 70, quanto à crescente monopolização da terra. A formação de um imenso exército de bôias-frias, a urbanização acelerada por alterações nas relações de trabalho no campo e o esvaziamento populacional de algumas regiões paranaenses são outros ângulos da face à mostra deste processo. Cada vez mais se faz necessária uma Reforma Agrária que não se limite à redistribuição fundiária, mas que esta condição seja a primordial para a sua implantação.

BIBLIOGRAFIA

- BESKOW, Paulo R. (1979) – Agricultura e Capitalismo no Brasil. R.J. CPDA/EIAP/FGV. 16pp. mimeo.
- BRASIL – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Agropecuários de 1970 e 1975, Tabulações Avançadas do Censo Agropecuário de 1980, R.J.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1982) – Modernização Dolorosa. Ed. Zahar, R.J., 1982.
- HOFFMANN, R. (1982) – Evolução da Desigualdade da Distribuição da Posse da Terra no Brasil no Período 1960–80, Boletim Reforma Agrária – Campinas. vol. 12 n. 6, Nov./Dez/ 1982.
- LLANILLO, Rafael F. (1984) – Caracterização da Estrutura de Produção Agropecuária do Estado do Paraná. Dissertação de Mestrado – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Piracicaba – 1984.
- SILVA, Cezar F. (1982) – Santa Catarina: Reforma Agrária Nela. Boletim Reforma Agrária – Campinas, Vol. 12, n. 6, Nov./Dez. de 1982.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (1979) – Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira in Reflexões sobre a Agricultura Brasileira. Coord. Braz José de Araújo, Ed. Paz e Terra, R.J. – 1979.